DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 1415/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/17222/2015
PROTOCOLO	: 1640449
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUARI
JURISDICIONADO	: VAGNER GOMES VILELA
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 142/2015
RELATOR	: CONS. RONALDO CHADID
VALOR	R$ 32.247,60

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL. CLÁUSULAS NECESSÁRIAS. REGULARIDADE. REMESSA INTEMPESTIVA DE DOCUMENTOS. MULTA.

Em exame o procedimento licitatório – Convite n. 4/2015 e a formalização do Contrato Administrativo n.142/2015, celebrado entre o Município de Jaraguari/MS e a microempresa Odontomed Canaa Ltda., visando ao fornecimento de materiais odontológicos para serem utilizados nas unidades básicas de saúde do município, no valor de R$ 32.247,60 (trinta e dois mil duzentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos).

Na análise técnica a 5ª ICE constatou que os documentos que instruem o procedimento licitatório e a formalização do Contrato atendem integralmente as disposições estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93; bem como foram remetidos ao Tribunal de Contas de acordo com as exigências da Instrução Normativa 35/2011, exceto pela remessa dos documentos referentes à formalização contratual fora do prazo previsto no Anexo I, Capítulo III, Seção I, subitem 1.1.1, "*A*" da Instrução Normativa TC/MS n. 35/11 (ANA-5ICE-27979/2015 - *f.352/355*).

O Ministério Público de Contas, por sua vez, opinou pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório, da formalização contratual e pela aplicação de multa, conforme parecer acostado às *f. 400/401* (PAR-MPC-GAB.5 DR.JOAOMJR- 4240/2016).

É o relatório.

Das razões de decidir.

O mérito da questão baseia-se na apreciação do procedimento licitatório – Convite n. 4/2015 e da formalização do Contrato Administrativo n.142/2015, celebrado entre o Município de Jaraguari/MS e a microempresa Odontomed Canaa Ltda.

Foram trazidos aos autos: o comprovante de autorização para realização da licitação, identificação do processo administrativo, a publicação do edital, lei que estabelece o jornal como imprensa oficial, edital, decreto que designa o pregoeiro e equipe de apoio, parecer jurídico, atas, relatórios e deliberações da comissão julgadora, documentação de credenciamento e habilitação dos licitantes, atos de adjudicação e homologação, certidões negativas de débitos, cópias das propostas e dos documentos que a instruem, cópia da minuta de contrato ou documento equivalente e demais documentos exigidos pelo Anexo I, Capítulo III, Seção I, item 1.1.1, B.1 da INTC/MS n. 35/2011.

O Contrato Administrativo n. 142/2015 contém em suas cláusulas os elementos essenciais: objeto, prazo de vigência, os preços e condições de pagamento, dotação orçamentária, as obrigações das partes, a rescisão contratual e as sanções administrativas, previstas no art. 55 da Lei n. 8.666/93. Bem como, o extrato do contrato fora publicado, conforme do art. 61 *parágrafo único*, da referida lei e emitida a respectiva nota e empenho.

Assim, verifico por meio da documentação acostada que o procedimento licitatório – Convite n.4/2015 e a formalização do Contrato Administrativo firmado sob n. 142/2015 foram realizadas de acordo com as Leis 10.520/02 e 8.666/93, porém os documentos referentes à formalização contratual foram remetidos fora do prazo do prazo previsto no Anexo I, Capítulo III, Seção I, subitem 1.1.1, "*A*" da Instrução Normativa TC/MS n. 35/11.

Dessa forma, tendo como suficientes as razões expostas pela 5ª ICE, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas, nos termos do art. 120, inc. I e II da RNTC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

I - Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório e da formalização do Contrato Administrativo n. 142/2015, celebrado entre o Município de

Jaraguari/MS e a microempresa Odontomed Canaa Ltda., de acordo com o previsto nas Leis 10.520/0 e 8.666/93, ***com ressalva*** *pela remessa dos documentos referentes à formalização do contrato fora do prazo* ***previsto no Capitulo III, Seção I, subitem 1.1.1, "A" item da instrução Normativa 35/2011;***

II - Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** ao Ex-Prefeito Municipal, ***Vagner Gomes Vilela,*** inscrito no CPF n. 517.662.131-20, no valor de correspondente a **2 (duas) UFERMS** prevista no art. 170§1º, inciso I, alínea "*a*" do Regimento Interno do TC/MS na forma do Provimento nº02/2014 da Corregedoria Geral do TCE/MS, pela remessa intempestiva dos documentos;

III - Pela **CONCESSÃO DO PRAZO** de 60 (sessenta) dias para o recolhimento da multa ao FUNTC nos termos do art. 83 da Lei Complementar 160/2012, comprovando o pagamento nos autos, sob pena de cobrança executiva judicial, nos termos do art. 77, § 4º da Constituição Estadual.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 07 de março de 2017.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

SMA